

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia
Emerson Pimentel Semedo

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA ÁFRICA PELA
MÍDIA BRASILEIRA

Goiânia
2005

EMERSON PIMENTEL SEMEDO

A construção da imagem da África pela mídia brasileira

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo,
da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia,
da Universidade Federal de Goiás,
para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Área de concentração: Estudos de Jornalismo
Orientador: Joãoomar Carvalho de Brito Neto

Goiânia
2005

À minha mãe, Isabel Fortes Pimentel, pelos belos exemplos e pelo apoio incondicional em tudo na vida. A ti, que não esmoreceu nos momentos mais difíceis das nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador desta monografia, Joãomar Carvalho, pela paciência e pela ajuda imprescindível.

À Liliana, companheira inseparável.

Ao pequeno e adorável Hélio, pelos barulhos intermináveis que serviam de protesto para um estratégico intervalo.

E a todos que facilitaram meu trabalho.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ÁFRICA. O QUE É ISSO?.....	9
3. ÁFRICA EM IMAGENS. AS IMAGENS DA ÁFRICA NA MÍDIA.....	12
3.1 DA NATUREZA DA MÍDIA.....	12
3.1.1 O OUTRO E A SUA REPRESENTAÇÃO.....	14
3.1.2 A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DE IMAGEM.....	20
3.2 A ÁFRICA NA MÍDIA BRASILEIRA.....	23
3.3 A IMAGEM DO NEGRO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A IMAGEM DA ÁFRICA NO BRASIL.....	27
4. ÁFRICA E BRASIL. QUE RELAÇÕES?.....	31
5. CONCLUSÃO.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1.Introdução

O presente trabalho visa analisar o discurso da mídia brasileira em relação à África, um continente sempre presente nas páginas internacionais dos noticiários que reportam a miséria, as epidemias, guerras e desgraças que o afligem e parecem não ter fim. Isto quando não aparece nos documentários e programas de entretenimento que inevitavelmente o vêem como exótico e celeiro de animais selvagens e de grande porte.

A África muitas vezes não consegue se fazer representar na mídia internacional devido aos condicionalismos técnicos e tecnológicos de que padece o continente, e devido também aos monopólios das empresas de comunicação estrangeiras que divulgam as imagens e textos que servem aos seus interesses e que mostram o continente sempre da perspectiva de um estrangeiro ou da perspectiva de um ex-colonizador.

Quando se trata do Brasil, a questão mostra-se particularmente interessante e intrigante. Brasil e África estão umbilicalmente ligados, desde a entrada do Brasil para o chamado mundo moderno, quando da chegada dos europeus a este país. Apesar disso, o desconhecimento do continente no Brasil é de tal forma grande que não se diria que a sociedade brasileira é constituída na sua maioria por negros descendentes de africanos, trazidos para o Brasil como escravos. Intrigante também é o fato de diariamente se conviver com formas de expressão em todas as vertentes da vida brasileira que são claramente de inspiração africana, apesar dos brasileiros o desconhecerem.

Para qualquer observador atento ao assunto que viva no Brasil e conheça a realidade africana, o tema é um convite irrecusável a uma pesquisa dado que salta à vista as incongruências cotidianas em relação às informações desencontradas sobre o continente na mídia, especialmente no caso mais gritante da televisão. Isto porque a principal janela que o brasileiro tem para o mundo é a televisão, em especial a Rede Globo de Televisão. Eugênio Bucci

chegou mesmo a dizer que a televisão igualou o imaginário de um país cuja realidade é constituída de enormes contrastes, conflitos e contradições¹.

Este fato é mais uma amostra que testa que o Ocidente sente uma enorme dificuldade em compreender a África e outros continentes e países que destoam culturalmente do modelo europeu e por conseqüência do norte-americano. Principalmente no mundo atual em que todos e tudo se conhece por imagens que são divulgadas e vendidas como mercadoria.

Mas o problema não reside aí. É que entre a imagem e a realidade que representa, existe uma série de mediações que fazem com que, ao contrário do que se pensa habitualmente, a imagem não seja restituição, mas reconstrução – sempre uma alteração voluntária ou involuntária da realidade, que é preciso aprender a sentir e ver². Isto porque a imagem nunca é neutra. Ela carrega uma imensidão de significados que interferem na codificação e na decodificação da mensagem. A ambigüidade da realidade se junta à ambigüidade da imagem representada e à do texto verbal, o que torna ainda mais problemático entender uma realidade que não se vive.

O atual modelo de produção de notícias colabora também para dificultar o entendimento dos leitores. As notícias são produzidas em escala industrial, o tempo das matérias é cada vez mais reduzido e “embora o jornalismo procure ser um espelho organizado e classificado do mundo, a imprensa, por seu sistema essencial de produção, mantém e, mais ainda, gera confusões na cabeça dos leitores”, conforme Leão Serva.³

O trabalho divide-se em três partes. Um capítulo dedicado à África e sua contextualização cultural, social e política. Uma tentativa de desmistificar a homogeneidade do continente e compreender o atual mapa político africano. Outro capítulo visa tratar das imagens construídas em volta da África. Para tal, discute-se a natureza da mídia e como ela constrói realidades, o mecanismo que

¹ Eugênio BUCCI, Revista Super Interessante, ed. 214 jun/2005

² FELDMAN-BIANCO E LEITE, **Desafios da Imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. 2 ed., Campinas: Papirus editora, 2001, pg.40

³ SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2 ed., São Paulo: Ed. Senac, 2001, pg.60

ela usa. Aqui dá-se relevância a dois conceitos importantes para se compreender esse processo: o conceito de “outro” e de representações sociais.

Em seguida, analisa-se como a mídia brasileira, em especial, retrata a África. Como ela vê esse continente que há mais de cinco séculos o Brasil vem mantendo contatos? Que elementos compõem a imagem da África no Brasil?

Seguidamente, tenta-se fazer um paralelo entre a imagem do negro no Brasil e a da África no Brasil. Que elementos lhes são comuns? Existe uma relação entre as duas coisas? Como ela se dá?

Por fim, resgata-se o panorama da política africana do Brasil desde a década de 1960 até os dias atuais, numa tentativa de compreender como a imagem da África no Brasil se modifica, dependendo do governo vigente e das estratégias traçadas para a política internacional, sempre permeadas pela imensidão e importância do oceano Atlântico.

2. África. O que é isso?

Aos olhos do mundo o continente africano é visto como homogêneo e uno cultural, política e territorialmente. A maioria das pessoas ainda não compreendeu que uma das marcas do continente é precisamente a diversidade.

Do norte ao sul existem milhares de povos, culturas e formas de expressão e identidade que se diferenciam substancialmente uns dos outros e que faz de cada povo único no contexto africano, não obstante as similaridades que possam existir. A maioria desses povos guarda resquícios de civilizações que se construíram por séculos e milênios e que sofreram brutal estagnação a partir do século XV com a chegada do europeu ao continente e o conseqüente início do processo de escravidão e colonização dos países africanos.

O mapa político atual da África, herança da divisão territorial que os países colonialistas europeus fizeram para melhor explorar o continente e evitar conflitos entre eles, na Conferência de Berlim em 1885, evidencia a brutalidade da intervenção europeia no continente. Letícia Bicalho Canêdo afirma que,

*“A partir de então, a África deixou definitivamente de ser fornecedora de escravos. E o africano ganhou o privilégio de ser explorado em sua própria terra. As resistências africanas foram tratadas com violência e as indústrias europeias progrediram com o cacau, o amendoim, a bauxita, o manganês, o ouro e as demais matérias-primas retiradas da África”.*⁴

O mapa que saiu dessa Conferência foi traçado quase que geometricamente e não se respeitou o território de certos povos e comunidades. Assim, até hoje existem povos que pertencem a países diferentes, porque o traçado do mapa os dividiu. Essa convenção territorial manteve-se, mesmo após as lutas de libertação nacional dos países africanos. Isso porque, apesar da independência formal, a maioria dos novos estados africanos que tem pouco mais de 50 anos manteve as estruturas e instituições europeias.

⁴ CANÊDO, Letícia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. 13ª ed, São Paulo: Atual Editora, 1994, pg.19

O continente africano comporta 53 países e registra os piores índices de desenvolvimento humano e os maiores contrastes de indicadores sociais do mundo, frutos de uma história de que não tem sido nada generosa para com os habitantes desse continente.

Já foram identificados mais de dois mil idiomas, além do inglês, o francês e o árabe, que dividem a África em três grandes áreas lingüísticas: a inglesa, a francesa e também a árabe.⁵

Os estados africanos desde que se tornaram independentes, têm travado inúmeras lutas para conseguir dar dignidade aos seus povos. Dotar os países africanos de melhores estruturas de educação, saúde, segurança alimentar não tem sido tarefa fácil, visto o estado em que esses países se encontravam quando da independência e o pior estado que ficaram depois da retirada dos colonizadores e a conseqüente migração da mão-de-obra branca especializada, principalmente na administração pública.

Outro desafio que eles têm enfrentado é a construção do Estado-Nação, numa realidade marcada por disparidades internas. Povos de etnias diferentes e muitas vezes com interesses diversos, coabitam no mesmo território e não se identificam com as práticas uns dos outros. Em conseqüência, não se sentem pertencentes a uma mesma nação. Gerir os conflitos daí advindos provoca desgastes à sociedade, tanto social quanto politicamente. E a falta de consenso tem alimentado guerras civis por anos a fio em muitos países, que ainda têm de enfrentar as epidemias, como a Aids, desnutrição e fomes.

Além desses problemas, os governos africanos passam por severos programas de estruturação econômica, comandados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI – e pelo Banco Mundial, que exigem a tomada de medidas econômicas que em nada beneficiam as populações. Estas, depois de terem sofrido séculos de exploração, ainda se vêem obrigadas a gerir seus próprios países por meio de diretrizes vindas de fora, agora travestidos em organismos internacionais que visam o mero lucro ou mesmo um controle estratégico.

⁵ GRANDE ATLAS UNIVERSAL. **África**. Vol. 6, 2ª edição, Barcelona: Editorial Sol 90, 2005

A corrupção que grassa o continente é um dos entraves ao desenvolvimento. As elites dirigentes pouco se importam com os compromissos perante a sociedade e muitas vezes se aliam às elites capitalistas internacionais para conseguirem atingir seus interesses e manter o domínio sobre o povo.

Porém, as histórias de resistência são inúmeras e constantes, desde o tempo do colonialismo e da escravatura. A maior delas são os movimentos de libertação nacional africanos, que foram forjados durante séculos até culminarem na independência de todo o continente. Hoje a resistência assume várias formas que vão desde grupos organizados de cada sociedade até à resistência cultural num mundo que se pretende globalizado, mas que continua de mão única, sempre no sentido norte-sul, dos países ricos para os pobres.

3. África em imagens. As imagens da África na mídia

3.1 Da natureza da mídia

A comunicação constrói a realidade continuamente. Uma coisa existe, ou deixa de existir, à medida que é comunicada, veiculada.⁶ Aqui está o poder da comunicação: ao mesmo tempo em que cria realidades, ela pode silenciá-la. E quem tem o comando desse processo, detém o poder sobre a difusão de idéias, sobre a criação de opinião pública, assegura Pedrinho Guareschi.⁷

Detendo tal poder, os que o manipulam definem os “outros”, atribuindo-lhes a imagens que melhor lhes convier. Assim sendo, criam identidades baseadas em informações infinitamente mediadas. E no caso do presente estudo, a mediação é feita pelas agencias internacionais de notícias e imagens.

No plano cultural, os meios de comunicação assumem papel preponderante, visto que na era atual eles asseguram tanto a criação como a transmissão, legitimação e reprodução de determinada cultura. Guareschi afirma ainda que o estilo de vida das nações desenvolvidas e ricas tornou-se conhecido através de filmes, revistas, publicidades, folhetos, etc, que são importados e introduzidos “livremente” pelos países dependentes, no que se chama “livre fluxo”, mas de mão única.⁸ Assim, a intervenção dos meios de comunicação social pode efetivamente provocar mudanças profundas nos padrões culturais do seu povo ou daquele povo que o assiste, descaracterizando a cultura autóctone em nome de certos interesses que raramente coincidem com os do povo.

Desta forma, os países capitalistas centrais que já detêm o poderio econômico, passam a exercer também o poder simbólico, por meio da mídia.

⁶ GUARESCHI, **Comunicação e Controle Social**, 3ª ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000, pg. 14

⁷ idem, *ibidem*, pg. 15

⁸ idem, *ibidem*

Assim se explica o fato de seus padrões culturais serem bastas vezes copiadas pelos países dependentes, que ilusoriamente acreditam estar criando ou entrando numa suposta modernidade, sempre segundo a batuta do ocidente rico. Tal fato dá forma àquilo que Mordecai Gorelic chamou de “homogeneização cultural”⁹:o nivelamento cultural proporcionado pela mídia, fazendo com que os valores particulares a cada cultura paulatinamente se desapareçam.

A comunicação transforma-se em instrumento de dominação, já que o “outro” é definido a partir de um conhecimento não efetivamente vivenciado, mas sim mediado. O “outro” passa a ser definido a partir de convicções de quem define. O “outro” não se define, ele é definido.

Thompson¹⁰ diz que esta experiência mediada, nesse caso, assume a forma de uma “quase interação mediada”. Isto porque essa experiência não é adquirida no contexto prático da vida. Ela é distante espacial e muitas vezes temporalmente também. O indivíduo não é diretamente afetado pelos fatos, principalmente porque o acontecimento é sempre recontextualizado. Os fenômenos sociais são “retirados” dos seus contextos sociais cotidianamente e instituições especializadas – as empresas de comunicação, servindo de pessoal altamente profissionalizado dão forma ao novo contexto que será veiculado.

O material simbólico trabalhado pela mídia abre sempre brechas para a divulgação de ideologias em espaços e tempos diferentes, em locais com particularidades diversas. Porém, Thompson enfatiza que só serão consideradas ideológicas, as mensagens recebidas pelo indivíduo e que ele incorpora reflexivamente em sua vida.¹¹

É de se considerar que tal efeito não é fácil de ser conseguido. A quantidade e a multiplicidade de mensagens recebidas pelo telespectador constitui aquilo que Thompson chama de “sobrecarga simbólica” e o conseqüente efeito desorientador que ele provoca. Sobrecarga essa que põe o indivíduo em constante conflito entre o “eu”, que carrega sua própria visão de

⁹ SCHILLER, 1967, pg. 66 apud GUARESCHI, op. cit, pg. 18

¹⁰ THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001, pg. 197

¹¹ idem, ibidem, pg. 186

mundo, e a visão de mundo do “outro” que contrasta com aquele. Mas esse conflito depende da capacidade de resposta do indivíduo, principalmente quando se trata da televisão. “A dinâmica da imagem solicita respostas imediatas de quem a ela é submetido. Esse mecanismo é muito eficaz quando se trata de manter oculta a estrutura do texto ou a concepção que está na base da disposição segundo a qual as imagens são apresentadas”.¹²

3.1.1 O outro e a sua representação social

É ponto pacífico o fato de que o conhecimento, a compreensão e a interpretação do mundo atualmente passam invariavelmente mídia. Conhecimento e interpretação fragmentados, exatamente por seguirem a lógica da notícia que é incapaz de entender o caráter mais profundo de um fato, porque a notícia é perecível, produzido em escala industrial e com um “timing” determinado. Por isso se explica o curto espaço de tempo, essencialmente no caso da TV, que constituem as notícias. E o telejornalismo respeita uma organização semântica que é constituída pelo discurso verbal e não-verbal mais esse “timing” do noticiário, ou seja, a edição.¹³

Este modelo, que o telejornalismo brasileiro já incorporou, é herança norte-americana que valoriza o trivial em detrimento do mais profundo, que culmina no baixo nível de informação do telespectador padrão. Este modelo de telejornalismo descritivo que foi introduzido pelo “Repórter Esso”, a partir de 1950, caracteriza-se pela notícia curta, basicamente o “lead”, as melhores imagens dos acontecimentos e um depoimento curto.¹⁴ Porém, o entendimento do discurso noticioso depende da estrutura da notícia e do noticiário, das estratégias de interpretação e também das representações.

¹² ARBEX, José. **O poder da TV**. São Paulo: Ed. Scipione, 1995, pg.12

¹³ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. Um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. 3 ed., São Paulo: Summus Editorial, 1985

¹⁴ MEDINA, Cremilda (org). **O jornalismo na Nova República**. Novas buscas em comunicação, vol. 23, São Paulo: Summus editorial, 1987

Aqui, interessa dar relevância às representações criadas e veiculadas pela mídia, já que o tema é construção de imagem. Entende-se por representação um conjunto amplo de significados criados e partilhados socialmente. Um sistema de crenças e valores que possuímos e que não são apenas individuais, mas principalmente sociais.¹⁵

A Teoria das Representações Sociais (RS) começou a ser estudada com maior ênfase na década de 1960, na França, e teve em Serge Moscovici o seu principal teórico. A teoria pressupõe que as pessoas são motivadas a fazer certas ações não só pelo racional, o cognitivo e o lógico. Neste processo, outros elementos mais complexos concorrem para que alguém aja de certa forma. São os elementos mítico, afetivo, religioso, tradicional, todos ligados a status, poder, prestígio, etc. Em uma palavra, mais abrangente e ampla: cultura. E é dela que dependem as representações sociais. E como assim é, elas dependem das convicções políticas, religiosas e econômicas de cada grupo social.¹⁶

Interessa trabalhar o conceito de RS porque elas existem na mente e na mídia, como definiu Moscovici. As RS são produções simbólicas de indivíduos, porém, não isoladamente já que há trocas simbólicas entre o poder da realidade social e a ação dos sujeitos sociais, que as tornam modificáveis e passíveis de transformação no cotidiano.

As RS são construídas principalmente pela linguagem, pelas imagens e pelos ritos que se cumprem cotidianamente e periodicamente. Por isso as RS são realidades “sociais” e culturais, no entender de Moscovici. Elas só existem porque são percebidas e sentidas coletivamente. É importante ressaltar que para além de darem forma àquilo sobre o qual se referem, elas também expressam e estruturam a identidade da condição social daquele que as reproduz e transforma.

As Rs fazem parte de um conhecimento social limitado historicamente por serem geradas por práticas comunicativas diárias. Elas sofrem a tensão entre o

¹⁵ GUARESCHI, op. Cit.

¹⁶ MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigação em Psicologia Social. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2003

histórico comumente partilhado e a ação construtiva e transformadora da interpretação.

Interessante é notar que, apesar das características apontadas, Moscovici afirma que as RS não são necessariamente homogêneas, uniformes. E é por isso que ele as chamou de representações sociais e não coletivas, devido à diversidade, à pluralidade de uma mesma representação dentro de um mesmo grupo. Mas isso só até certo ponto, em que não haja impossibilidade de se prosseguir com a discussão, o diálogo, a circulação do pensamento.

Nesse campo podem coexistir incoerência, tensão, ambivalência, fragmentação, negociação, contradição, debate, etc. Ou seja, é o campo da comunicação, onde apesar de toda as contradições existe uma realidade consensual: a dos significados historicamente partilhados, a cultura, a memória dos povos e grupos.

As RS precisam estar ligadas a uma realidade objetiva, sem a qual elas não existiriam. O sujeito sozinho não consegue construir todo o significado. A cultura dá-lhe elementos para tal. Por isso, quem informa, quem noticia tem papel preponderante na construção das representações sociais. Porque informar é dar forma, e dar forma, seja de coisas, pensamentos, emoções, é por definição cultura.¹⁷

Como referido anteriormente, a linguagem, as imagens e os ritos comunicativos diários constroem as RS. E esse é o campo da comunicação, do qual a mídia faz parte, e que por sua vez Jürgen Habermas¹⁸ descreve como sendo a instituição por excelência da esfera pública burguesa, na qual as imagens públicas são construídas. Como é o caso do presente estudo.

As RS são criadas também na esfera pública e são sentidas no seu contexto, visto que só podem ser sentidas coletivamente. Os conceitos de RS e esfera pública se encontram tanto com as transformações que ocorrem na

¹⁷ FLUSSER, Victor. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez Editora/Intercom, 1982

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro (RJ): Ed. Tempo Brasileiro, 1984, pg. 213

relação entre o público e o privado em sociedades ocidentais (quando se fala de esfera pública burguesa), quanto com o nascimento do individualismo.

O surgimento do individualismo está relacionado com uma rede de relação que desloca formas tradicionais de considerar o sujeito e sua subjetividade. A emergência do “eu” provoca mudanças nas representações sociais, ao mesmo tempo em que há crescimento progressivo no espaço de intimidade.

Mudanças na esfera privada, a da intimidade, repercutem-se na esfera pública, visto que ambas estão intrinsecamente ligadas. Daí que, de acordo com Sandra Jovchelovitch,¹⁹ o espaço público passa a ser encarado como espaço do outro. Ela diz ainda que cruzar as fronteiras entre a casa (o privado) e o público também envolveria cruzar fronteiras entre formas diferentes de ser.

Habermas afirma que conceituar esfera pública não é tarefa fácil, por sugerir uma multiplicidade de significados. Porém, ele entende a esfera pública como uma dimensão, cujo âmbito do setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ela aparece como esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso, incluem-se entre os “órgãos da esfera pública” os órgãos estatais ou então os mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique.²⁰ Isto porque só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos.²¹

A esfera pública e a privada mantêm uma relação dialética. Uma determina a outra. Essas diferenças podem ser encontradas desde a cidade-estado grega na Grécia Antiga. Na época, o que caracterizava a esfera domiciliar, ou esfera privada, era que nela as pessoas viviam juntas de acordo com suas necessidades e o impulso que as guiava era a vida ela mesma e tudo o que se relacionasse meramente com as necessidades biológicas da vida era mantido em segredo e longe dos olhos.²² A vida pública, porém, existia precisamente para enfrentar questões de interesse coletivo que não podiam ser

¹⁹ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000, pg. 84

²⁰ HABERMAS, op. cit., pg. 14

²¹ idem, ibidem, pg. 16

²² JOVCHELOVITCH, op. cit. pg. 48

resolvidas através de caminhos que contêm apenas verdades singulares, radicadas em interesses privados.²³

A esfera pública burguesa, na qual a mídia é peça imprescindível, origina-se da transformação na relação entre público e privado, da mudança na relação entre estado e sociedade. A partir daí a burguesia nascente e forte desenvolve a esfera da “sociedade civil” para instituir uma clara distinção entre o estado e a sociedade. A “sociedade civil”, entendida como um grupo de cidadãos privados que se confrontam com o poder público para discutir questões de interesse público, será o mediador entre os dois. Nasce então uma nova concepção de participação política na qual o diálogo é fundamentado na racionalidade dos argumentos. É nesse contexto que a imprensa livre aparece legalmente institucionalizada e ocupa lugar cimeiro na esfera pública burguesa, uma vez que é pela imprensa que os debates de interesse público ganham força.

Nessa troca simbólica diária pela ação comunicativa entre as pessoas ou pela veiculação de informações na mídia pode haver falha. Principalmente na relação mídia/telespectador, no caso. Falhas devido à omissão, sonegação ou submissão de informações.

No entender de Leão Serva, há omissão quando há ausência de informação, de qualquer natureza, causada por falta de condições do órgão de imprensa de obtê-la. Isso significa então que a informação não foi acessível aos profissionais envolvidos no processo de produção do órgão dentro do prazo industrial de produção da edição, mas pôde ser do conhecimento dos espectadores por meio de outros veículos de informação. Exemplo: informação divulgada amplamente, mas que não pôde ser incluída no noticiário porque algum problema interno da empresa impediu o acesso a ela.²⁴

Sonegação verifica-se quando uma informação que, sendo do conhecimento do órgão de imprensa, não foi colocada na edição por alguma razão. Exemplos: informações guardadas para outra oportunidade, informações

²³ idem, pg. 49

²⁴ SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2 ed., São Paulo: Ed. Senac, 2001, pg. 66

descartadas por falta de rigor na sua apuração, o editor não gostou da reportagem ou quando a direção da empresa considera que a informação não é do interesse do telespectador ou quando fere interesses corporativos.

E submissão ocorre quando um fato é noticiado, mas não permite ao receptor compreender e deter a sua real importância ou mesmo seu significado. Exemplo: a revelação de um caso de corrupção para o qual a edição não confere destaque merecido diante da importância histórica ou política do fato.

A omissão, a sonegação e a submissão podem ocorrer simultânea ou separadamente. Quando se torna sistemática verifica-se aquilo que Leão Serva chama de “desinformação-informada”. As pessoas consomem informações mas não conseguem compor com elas uma compreensão do mundo ou dos fatos narrados nos noticiários.

Isto ocorre porque a mídia reduz, simplifica os fatos, tenta retirá-los da complexidade própria do dia-a-dia para torna-los algo claro e objetivo, para mais fácil consumo.

A dificuldade de entendimento que muitos telespectadores revelam mostra que o jornalismo não organiza de fato o caos. De acordo com Serva, o jornalismo pretende organizar o caos do dia-a-dia e apresentar-se como espelho organizado e classificado do mundo, mas devido ao seu sistema de produção, gera e mantém confusões na cabeça dos leitores e telespectadores.

Na sua busca incessante pelo fato novo, pelo desconhecido que possa causar surpresa, o jornalismo fragmenta e torna confusas as informações porque só se interessa pelo superficial. O profundo, a longevidade, é descartado porque aos poucos vai perdendo a atualidade. E nisso, o jornalismo perde a essência dos fatos. Mormente quando se trata da realidade africana que parece tão distante e com a qual os brasileiros só têm contato quando estudam história e ficam sabendo que os escravos negros vieram da África, ou quando há notícias das freqüentes guerras no continente ou ainda quando assistem a documentários ou reportagens que mostram o exotismo dos povos africanos.

3.1.2 A mídia e a construção de imagem

Toda a construção de imagem, e, principalmente, quando se trata da imagem do “outro” agravada por ser um “outro” distante geograficamente, passa atualmente por sua representação nos meios de comunicação social. Eles estabelecem uma forma de ver e interpretar o mundo e os “outros”, mesmo que virtualmente. Apesar de ser virtual, essa representação permeia a forma de pensar e de ver da sociedade, a ponto de ela tomar como referência válida a maneira como se abordam certas questões. No caso africano, segundo José Carlos Guitérrez, os meios de comunicação em geral

*“determinam como se analisar as realidades africanas, fazendo-o sempre com base em uma única referência, ou seja, do modelo do Ocidente rico, onde se localiza a maioria dos meios de comunicação. Portanto, o continente africano recebe um tratamento que está condicionado pelas imagens mentais dos responsáveis pela informação e dos estereótipos sociais do Ocidente”.*²⁵

Guitérrez enfatiza ainda que tal situação conduz a uma “não comunicação”, pois, os meios de comunicação usam idéias pré-fixadas ou lugares comuns da mentalidade ocidental que não dizem nada de novo sobre o africano. Pode-se então questionar se quando se fala de África na televisão não se está apenas repetindo informações conhecidas e que apesar de infinitamente repetidas não levam o telespectador ao entendimento do que se passa por lá.

Exemplos disso são as séries de reportagens, os documentários, os “especiais” que retratam quase sempre a rica fauna e flora do continente - aliás esse é o enfoque privilegiado -, as eternas epidemias, pobreza, miséria, guerras civis ou étnicas - como geralmente são anunciadas, etc.

²⁵ GUITÉRREZ, José Carlos Sendín. **A construção da imaginária do Outro Africano pelos Meios de Comunicação Social**. Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, Universidade Católica de Goiás, vol.13, nov. de 2003, pg.52

Esses lugares comuns que mais parecem uma estrutura rígida da imagem da África no mundo perpetuam-se graças à forma como as empresas de comunicação estão estruturadas atualmente e ao tratamento que a notícia recebe. O modelo de produção industrial da notícia impõe que o tratamento da notícia seja superficial e que apenas o mais visível seja destacado.

O fato é então reduzido com a pretensão de ser melhor compreendido. Porém, a pura simplificação do fato implica na verdade, a redução da capacidade real de compreender a totalidade do significado da notícia. Sendo assim, a redução do fato impede sua compreensão.²⁶ Quando isto acontece, automaticamente deixa de existir diversidade de versões para fatos que normalmente são multifacetados.

As notícias sobre a África chegam ao Brasil quase que invariavelmente por intermédio das agências internacionais de notícias. São nelas, onde a industrialização da notícia é mais fortuita. E o que elas produzem tem um caráter uniforme. E esta “uniformidade” ganha força, porque as notícias e as imagens por elas produzidas correm o mundo e são apresentadas sempre pelo mesmo enfoque.

E nessa lógica de notícia como mercadoria e da sua redução para facilitar a compreensão, são enviados jornalistas para diversas partes do mundo para cobrir eventos e conflitos que não entendem. E, o tempo corre a seu desfavor, já que a notícia tem que chegar no mais curto espaço de tempo. A velocidade vale milhões. Essa situação reflete-se na qualidade do trabalho, visto que apesar de não entenderem a realidade que têm de retratar, o tempo é muito escasso para permitir a devida documentação, análise e contextualização.

Guitérrez afirma que uma das respostas mais empregadas – quando isso acontece -, consiste em preencher a ignorância ou a desinformação com a espetacularidade das imagens ou seu reflexo nos relatos escritos; ou seja, substitui-se análise e o contraste das fontes, com a necessária documentação, pelo espaço exclusivo da imagem.²⁷ É por isso que apesar de serem chocantes,

²⁶ Serva, op. cit., pg. 83

²⁷ Guitérrez, op. cit. pg. 61

bastas vezes, as imagens da realidade africana são sempre apresentadas como horrorizantes, desumanas muitas vezes. É o espetáculo da mídia.

A lógica do ver para compreender é perigosa, porque as imagens só dão conta do que ocorre em um determinado momento, mas não das causas, dos porquês, dos principais protagonistas e de suas relações. Ver uma imagem nem sempre vale por mil palavras. Em muitas ocasiões acontece o contrário.²⁸

No Brasil, os meios de comunicação usam muitas vezes essa retórica da imagem para falar da África. Uma retórica que apresenta o continente como se fosse um país, uma unidade. Talvez por seja por isso que Maria do Carmo Tedesco diz que a idéia que possuímos (o povo brasileiro) da África é também desprovida de identidade. A África é uma totalidade e não conseguimos imaginá-la como um continente, onde habitam povos diferentes, com culturas diversas. A única imagem que temos dela é que de lá vieram os negros/escravos para trabalhar na plantation da América.²⁹

Não se pode afirmar que a África seja vista no Brasil como um continente sem identidade. O Brasil sabe que a África tem uma identidade muito própria, apesar de ela sempre estereotipada. Tanto que é sobejamente conhecido que na composição da identidade brasileira, o elemento africano tem forte presença. A confusão surge, porque se desconhece que a África é composta por vários países e povos com culturas, línguas, histórias e costumes muito diferentes entre si. Que o continente é muito diversificado e que um africano que habite o norte do continente nada tem a ver com outro que viva no sul.

O desconhecimento dessa realidade é que leva à idéia de totalidade. É o que dizia Appiah: não importa o que os africanos compartilhem, não temos uma cultura tradicional comum, línguas comuns ou um vocabulário religioso e conceitual comum,... nem sequer pertencemos a uma raça comum.³⁰

Tedesco ainda vai mais longe ao dizer que negros e africanos constituem-se sinônimos de um povo, cuja identidade é ter sido escrava. De acordo com a

²⁸ idem, ibidem, pg. 61

²⁹ TEDESCO, Maria do Carmo Ferraz. **A história da África no currículo escolar. Revista Solta a Voz.** Goiânia, Vol 15, n.2, jul/dez de 2004, pg. 133

³⁰ APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997, pg. 50

análise dela, negro é visto também como o descendente do escravo, o dominado, o submisso; portanto ao se considerar o negro, todos esses elementos são trazidos juntos.³¹

3.2 A África na mídia brasileira

Falar de África na mídia brasileira exige que se reflita em dois sentidos:

- a) no geral, o continente africano só aparece nos noticiários brasileiros extraordinariamente, quando há conflitos ou catástrofes em alguns dos seus países, ou em algum especial que retrate a riqueza da fauna e da flora ou o exotismo dos povos;
- b) ou ainda, simplesmente ele não aparece. Dificilmente, as editorias de internacionais trazem notícias da realidade africana. Portanto, pode-se falar da ausência da África nos noticiários no Brasil.

Analisando a primeira hipótese, parece ser tendência mundial a África só aparecer, principalmente na televisão, quando há notícias de conflitos políticos internos, catástrofes naturais e humanitárias, estas últimas causadas pelas fomes e pela Aids. E quando são retratadas, as notícias estão invariavelmente assentes em estereótipos, típico do olhar do “outro” que vê, descreve mas sem compreender. Até porque as imagens que vêm do continente, para o olhar do ocidental, são de tal forma exóticos e chocantes que servem à lógica das televisões mundiais. Essa lógica capitalista diz que

“nas televisões comerciais do mundo, o telejornalismo é uma extensão da função de entretenimento do veículo. O telejornalismo faz parte de um contexto, assim como a novela, os programas de humor, os infantis..... isto explica bem o

³¹ Tedesco, op. cit., pgs. 133 e 137

fenômeno recente no telejornalismo que é a predominância da imagem sobre a notícia. A ditadura do tempo na tv torna a notícia algo meio enigmático".³²

No caso africano, não poderia haver relato mais enfático que o de Eduardo Galeano:

"la televisión cuele imágenes de hambre y guerra. Esos horrores, esas fatalidades, vienen de otro mundo, donde el infierno acontece (...). Con frecuencia esas imágenes vienen del África. El hambre africana se exhibe como una catástrofe natural y las guerras africanas no enfrentan etnias, pueblos e regiones, sino tribus, y no son más que cosas de negros. Las imágenes del hambre jamás aluden ni siquiera de paso, al saqueo colonial. Jamás se menciona la responsabilidad de las potencias occidentales, que ayer desangraron África a través de la trata de esclavos y el monocultivo obligatorio, y hoy perpetúan la hemorragia pagando salarios enanos y precios de ruina. Lo mismo ocurre con imágenes de las guerras: (...) siempre la misma impunidad para los inventores de las fronteras falsas (...) y para los traficantes de la muerte, que desde el norte venden las armas".³³

Isso acontece porque vivemos num mundo onde os processos de informação e comunicação estão subordinados a uma forte concentração multinacional com interesses globais, a partir das agências internacionais de notícias, que distribuem informações do mundo inteiro para o mundo todo. Essa concentração possibilita "o risco de subtração de outras fontes informativas que favoreçam a opinião pública, ou seja, produzem o risco de uma uniformidade absoluta na produção de consentimento".³⁴ Moraes conclui, dizendo que as imagens televisivas se destinam a distrair e não a informar e que a sucessão

³² Medina, op. cit., pg. 68

³³ Eduardo Galeano apud MORAES, Dênis de. (organizador). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande (MS): Letra Livre Editora, 1997, pg. 245

³⁴ idem, ibidem, pg. 243

histórica de imagens produz, por sobreexposição, uma desinformação. Essa conclusão nos dá uma certeza amarga e paradoxal de que apesar da perfeição dos meios técnicos para a comunicação, nunca se comunicou tão pouco, já que não nos fazemos entender ou não nos entendemos.

Por outro lado, a contextualização da notícia é primordial para que telespectador entenda o que acontece numa realidade distante da dele. Distanciar-se da perspectiva eurocêntrica implica situar de uma forma equilibrada o papel dos meios de comunicação em nossas sociedades e valorizar a importância dos contextos na hora de analisar como se decodificam as mensagens.³⁵ Quando se noticia um problema africano, no Brasil, sob o olhar europeu ou estadunidense, é evidente que se perde o essencial do contexto original da notícia. Isso acontece porque a maior parte do material informativo internacional veiculado no país é produto das agências internacionais de notícias, quanto mais não seja, o que vem da África. Haja vista para o leque de correspondentes internacionais da maior rede de televisão do país, a Rede Globo de Televisão. Ela mantém correspondentes permanentes em todos os continentes, à exceção da África. São enviados repórteres àquele continente em situações pontuais e extraordinárias, que trabalham invariavelmente os mesmos temas e de forma superficial.

Por outro lado, pode-se falar de uma ausência de notícias sobre os países africanos, quando não são os casos acima citados, ou quando não seja algo bem pontual. Este fato explica-se porque os meios de comunicação nacionais não vislumbram que tipo de interesse o público pode ter em relação às notícias africanas.

Ou também porque acreditam que a África é um continente estagnado, imerso em guerras e desgraças que nada de novo acrescentam às notícias, porque são fatos que se desdobram há algum tempo. Creio que este é um argumento para esconder o tratamento que se dá ao continente tendo em vista a perspectiva tecnológica. Ou seja, já que a componente tecnológica é primordial no mundo ocidental moderno, e as mudanças tecnológicas na África são por

³⁵ Guitérrez, op. cit., pg.53

vezes lentas e imperceptíveis e o olhar ocidental não consegue vislumbrar isso, o tratamento que se dedica ao continente é sempre marginal e estereotipada. Este fato condiciona o entendimento da realidade e a dinâmica daquelas sociedades.

Ou ainda porque não conseguiram ver as manobras que os países “centrais” executam na maioria dos países africanos, porque eles sim, a Europa e os Estados Unidos são sempre notícia, mesmo que o que se fala deles tenha menos importância em relação ao que possivelmente se fale da África.

Assim, a cobertura jornalística dispensada à África na mídia brasileira e, principalmente, pela televisão está sempre ligada aos seguintes temas:

- **fauna:** a sua riqueza e apelo visual dos animais de grande porte, característicos da África, são sem dúvida um dos temas prediletos daqueles que retratam a África. Ela aparece como o celeiro do mundo, lugar por excelência da vida selvagem;
- **exotismo:** a particularidade das diferentes práticas das culturas africanas, as indumentárias, as diferenças chocantes na organização e estrutura familiar aos olhos do ocidente, a religiosidade e sacralidade votada à natureza, o lugar do sagrado no cotidiano, etc;
- **primitivismo:** o fato de haver, na África, muitos povos que ainda vivem nos moldes do tempo primitivo, confunde muitos ocidentais que acreditam que em todos os países africanos as populações ainda vivem a realidade de milhões de anos atrás. Que não há progresso. Que não há modernidade. A mídia insiste em dar valor ao ascentral sem fazer a conexão com a atualidade das culturas locais e principalmente não mostra a vitalidade e dinamismo de grandes cidades, comuns a qualquer outra cidade no mundo, embora com especificidades regionais;
- **afro-pessimismo:** o continente é apresentado como sendo limitado, sem perspectivas de futuro, vivendo uma tragédia sem fim, marcada por uma violência inexplicável. O problema é que a

mídia é incapaz de dar uma explicação cabal para àquela realidade. Apesar da grande diversidade cultural, social e política do continente, ele é reduzido e apresentado como sendo homogêneo. Fala-se de um continente com se fosse de um país, de uma nação;

- **paternalismo:** os africanos são sempre retratados como subordinados e nada podem fazer sem a ajuda do ocidental, principalmente o europeu.

É com razão que Guitérrez afirma que os meios de comunicação nem sempre são a melhor forma para compreender a realidade porque especialmente a televisão tem a capacidade de gerar o “efeito realidade”, que consiste em poder fazer com que o público creia no que mostra.³⁶

3.3 A imagem do negro no Brasil e sua relação com a imagem da África no Brasil

A imagem do negro no Brasil, passados cinco séculos após a sua chegada nessas paragens, ainda é enraizada em preconceitos por vezes infundados e que servem para legitimar certas práticas da sociedade brasileira e para manter o domínio de certo estrato social sobre os demais.

A construção da imagem do negro é sempre carregada de elementos negativos e relacionada à escravidão, dominação e submissão, que foi uma realidade durante séculos para os negros do Brasil.

Essa carga de negatividade é notória pelas condições assimétricas que a escravidão proporcionou e que gerou uma combinação perversa de violência física e simbólica. A violência simbólica que sobrevive ainda hoje, é indireta e mais sutil, mas nem por isso menos violenta, de negação do “outro”, depreciando tudo o que está relacionado com os negros, os caracteres físicos

³⁶ Guitérrez, op. cit, pgs. 51 e 54

(cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz e dos lábios, etc), os morais (valores), e os sociais (religião, artes, economia). Portanto, desvalorizam-se as aptidões físicas, morais e sociais dos povos negros, definindo-as como inferiores, legitimando a desigualdade de poder, de direitos e de cidadania.³⁷

Esta reflexão fica mais evidente se ela for relacionada, por exemplo, com o incentivo que a sociedade brasileira deu à imigração européia, após a abolição da escravidão. Essa medida fazia parte do ideal do “branqueamento” da população brasileira. Os asiáticos não foram tão bem recebidos quanto os europeus. Aquino afirma ainda que “para esses imigrantes (europeus) considerados desejáveis, as portas do país estavam abertas, ao contrário das restrições que foram impostas aos africanos e asiáticos que desejassem fixar residência aqui”.³⁸

Esta situação colocava o recém libertado escravo, agora trabalhador, em desvantagem ao competir com os recém chegados trabalhadores europeus, mesmo que eles não tivessem qualificação profissional. “Foi construída uma imagem extremamente negativa do trabalhador negro, de desordeiro e incapaz de se disciplinar para o trabalho, constituindo a base para excluí-lo do mercado livre de trabalho”.³⁹

Apesar disso, vários intelectuais, em especial Gilberto Freyre, construíram a imagem de um Brasil bem integrado racialmente, aquilo que se convencionou chamar de democracia racial, que desde sempre se soube que não passava de um mito. Mito este que serviu de imagem para consumo interno e externo de uma civilização que deu certo nos trópicos e que tinha conseguido fazer dos diferentes, todos iguais.

Quando se afirma a discriminação que sofrem os negros no Brasil, os defensores da teoria da democracia racial argumentam que é um preconceito de classe e não racismo, visto que a maioria da população negra é pobre. Substituir

³⁷ AQUINO, Eduardo P. de. **A questão do racismo contra negros no Brasil. Cadernos FAFIRE**, Recife (PE), Vol. 2, n.6, jul/ago 2003, pg. 13

³⁸ idem, ibidem, pg.14

³⁹ idem, ibidem

as discriminações e desigualdades raciais por classe social parece revelar que existe um certo tabu para se falar de racismo no Brasil... e quando a discriminação racial é inquestionável, empurramos para o terreno pessoal, afirmando que se trata de um caso à parte de alguém preconceituoso e que não deve ser generalizado.⁴⁰

Octavio Ianni alerta que é preciso reconhecer uma poderosa cultura racista forjada durante a escravidão no Brasil. Fato comprovado pelo estudo de Caio Prado Júnior em seu livro *A formação do Brasil contemporâneo*, no qual ele retrata o papel do escravismo na formação da colônia.⁴¹

Ianni continua dizendo que o mito da democracia racial não está só no pensamento brasileiro.

*“Ele está ao lado de outros emblemas e mitos que são constitutivos da ideologia dominante no Brasil. Por exemplo, a idéia de que a escravidão foi branda e não muito brutal. Na verdade, a escravidão na casa-grande foi diferente da do eito, mas não é aquela que explicita a questão racial no Brasil, porque o convívio das pessoas na casa-grande acaba sendo comunitário, influenciado pelo companheirismo”.*⁴²

Ele afirma brilhantemente que no limite, o preconceito racial é uma técnica de dominação.⁴³ Nessa mesma linha, Kabengele Munanga questiona o postula que diz que a questão racial é na verdade uma “questão social”. Ele enfatiza, dizendo, que o social tem nome e endereço e a questão não pode ser diluída, mas sim atacada especificamente.⁴⁴

Assim, a construção das duas imagens (do negro e da África) está relacionada, não só pela carga de negatividade que elas encerram como também o negro brasileiro nunca poderá se desvencilhar da sua mácula

⁴⁰ idem, ibidem, pg. 15

⁴¹ Octavio Ianni. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS. Dossiê: **O negro no Brasil**, vol. 18, n. 50, Jan/Abril 2004, pg. 11

⁴² idem, ibidem, pg. 13

⁴³ idem, ibidem, pg. 17

⁴⁴ MUNANGA, idem, ibidem pg. 54

histórica de ter sido escravo e de ter vindo do continente africano, nas condições nas quais ele veio. A imagem que se tem do negro no Brasil é profundamente condicionada pela percepção que se tem da África. Se assim não fosse, os elementos negativos que se relacionam a um e outro não seriam os mesmos: a idéia de escravo como aquele que serve, que se submete, que não tem vontade própria, aquele que vive na eterna pobreza, ao contrário do dominador branco e ocidental.

Esta realidade é tão cruel que Jose Arbex Júnior afirma que o negro, que constitui a maioria numérica da população brasileira, é o grande estrangeiro neste país feito para os brancos.⁴⁵

⁴⁵ Arbex, op. Cit., pg. 42

4. África e Brasil. Que relações?

As relações entre o Brasil e o continente africano são seculares e perpassam toda a história do país, iniciando-se com o tráfico negreiro e persistindo até as atuais relações econômicas, culturais, políticas e diplomáticas, principalmente com os países da costa ocidental do continente. E, durante todo esse tempo, um personagem sempre esteve sempre: o oceano Atlântico, que permitiu e permite os contatos mútuos e serve de tema para muitas investidas e estratégias diplomáticas.

Este capítulo pretende fazer um panorama das várias facetas assumidas pela política africana do Brasil e tentar entender as nuances e estratégias que ela vem assumindo desde o começo da sua formulação, no início dos anos 1960.

A formulação da política africana do Brasil insere-se em um contexto do imediato pós Segunda Guerra Mundial e caracteriza-se por ser tímida e sem uma direção bem definida. A diplomacia brasileira começa a se interessar mais intensamente pela África principalmente depois da Conferência Afro-Asiática de Bandung, realizada em 1955, na Indonésia, na qual o Brasil participa como observador.

A Conferência teve um significado todo especial para os acontecimentos do período da Guerra Fria, já que era a primeira vez que países ex-colonizados, e históricos líderes democráticos, patrióticos ou revolucionários do período, se reuniam e juntos reclamavam maior espaço no cenário internacional. É, em Bandung que a noção de “Terceiro Mundo” é concebida, como opção e alternativa e não alinhamento com o “Primeiro Mundo”, capitalista e liderada pelos Estados Unidos da América, e o “Segundo Mundo” socialista e sob a batuta da União Soviética. Em conseqüência, as potências mundiais sentiram-se ameaçadas e forçadas a ver com outros olhos esses tais países que reivindicavam autonomia própria, outro modelo de desenvolvimento, novas perspectivas de cooperação econômica com os países ricos ocidentais, o fim do colonialismo, a promoção da paz mundial e outros.

Os diplomatas que defenderam e formularam a política africana do Brasil apóiam-se nas referências culturais e históricas que unem a África ao Brasil. A relevância simbólica remonta à formação social do Brasil e à sua “dívida” para com o continente africano, que fornecera os “braços” da formação econômica do país.⁴⁶ Com o passar dos anos e com as mudanças de diretrizes dos diferentes governos, a construção do argumento cultural ganha força, apesar das várias críticas, mas perde destaque principalmente nos anos 1990, que será marcada pela sua fragilidade e desconstrução.

É no período dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) que a África entra de vez para a política externa brasileira, o que coincide com o chamado “período da política externa independente”. É neste período que se formula uma política externa do país, visando a sua autonomia em relação aos dois pólos mundiais – EUA e União Soviética. Esta política tem como componente o nacionalismo e entende que os interesses do Brasil são essencialmente diferentes das duas grandes potências, e por isso, propõe a diversificação dos contatos diplomáticos e das saídas econômicas. Assim, o Brasil sai à procura de novos mercados na África, na Ásia e em países socialistas. Tanto que, as relações diplomáticas com a União Soviética são retomadas, após terem sido rompidas, em 1947. Nesse contexto, o Brasil defendia o direito à auto-determinação dos povos, igualdade jurídica das nações, o desarmamento e desenvolvimento mais equilibrado.

Mas, é relevante mencionar que não poderia haver uma política africana no Brasil antes dessa época, porque não havia Estados africanos. Só se poderia formulá-la a partir de momento em que as ex-colônias conquistassem a sua autonomia e começassem a se afirmar como Estados independentes.

Saraiva⁴⁷ aponta que os primeiros elementos da política africana são o financiamento internacional para o desenvolvimento da América Latina e África, competição dos produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional, parceria Brasil/África do Sul no contexto do Atlântico e

⁴⁶ SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1940 a nossos dias). Brasília: Ed. UnB, 1996, pg. 23

⁴⁷ idem, ibidem, pg. 22

conseqüências do processo de descolonização sobre os interesses do Brasil na costa atlântica.

Até então, a África do Sul era o único país na região atlântica com o qual o Brasil tinha alguma relação direta no imediato pós-guerra. A África do Sul vivia em circunstâncias especiais e muito delicadas politicamente e socialmente, mas o Brasil considerava esses problemas como sendo assuntos internos do país. Tanto assim é que o Brasil sempre seguiu as recomendações das Nações Unidas em relação aos temas.

A relação entre esses dois grandes países no Atlântico Sul revestia-se de grande importância devido à relevância dessa área para o equilíbrio de forças no mundo ocidental, num contexto de Guerra Fria. A aproximação desses dois países reforçaria a barreira contra o avanço do comunismo no Atlântico Sul e faria com que tivessem melhores condições de responder aos apelos da aliança ocidental, ao qual os dois países estavam vinculados.⁴⁸

A década de 1950 é um marco para o Brasil e para África. No continente, as lutas nacionais pela independência eram preocupação primeira e assunto de relevância internacional, visto que mexiam nas estruturas das potências coloniais e mundiais. O Brasil, por seu lado, vivia um processo de urbanização e industrialização acelerado e o aumento do segmento empresarial e da classe trabalhador. Emergia assim a classe média urbana que, em conseqüência, exigia novas propostas nas relações internacionais do país. Nesse contexto, o desenvolvimento era prioridade.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) tinha uma dimensão nacionalista e produziu uma política externa mais elaborada que requeria maior autonomia no cenário internacional, que faz a África emergir na agenda diplomática brasileira. Vargas teria dito que o desenvolvimento dos países pobres era condição indispensável para a expansão do comércio mundial.⁴⁹

O período Kubitschek foi diferente. Para este presidente, a África não tinha valor político relevante. O interesse era meramente voltado para as

⁴⁸ idem, ibidem

⁴⁹ idem, ibidem, pg. 32

relações econômicas que se desenvolviam entre a África e a Europa. Parece estranho à primeira, mas não é. Essas tais relações poderiam afetar o projeto desenvolvimentista brasileiro devido à menor possibilidade de colocação do produto brasileiro na Europa, já que os países africanos dispunham de condições preferenciais. E, de certa forma, as relações comerciais euro-africanas em torno do então novo mercado comum europeu poderia ameaçar os investimentos dos EUA e da Europa no Brasil e na América Latina. Em suma, a era Kubitschek ateu-se à estreita competição com a África.

A ruptura com esta concepção da política externa de Kubitschek veio com o governo de Jânio Quadros, que formula pessoalmente a política africana do Brasil e a define como instrumento contra o colonialismo e o racismo. Desenvolvimento econômico, defesa dos preços das matérias-primas, industrialização e desejo de paz constituíam os interesses comuns.

O Atlântico abrasileirava-se com a investida do Brasil na África, que culminou na abertura de várias embaixadas no continente e na famosa exposição flutuante a bordo do navio-escola Custódio de Mello. A exposição viajou ao longo da costa ocidental africana durante alguns meses para apresentar produtos brasileiros que poderiam ser comercializados no continente. A divulgação dos trabalhos da expedição ficou a cargo de cinco jornalistas e um tradutor da língua árabe. A imprensa nacional apresentava a expedição, em 1961, como avanço concreto do Brasil na África.⁵⁰

Tanto Goulart quanto Quadros insistiam na identidade cultural como condição suficiente para as relações recíprocas e acreditavam na receptividade dos africanos à política brasileira. Fato que se confirmou na maioria dos casos. Porém, houve alguns funcionários de governos africanos que demonstraram desconfiança acerca desse argumento. Exemplo disso, foi o ministro nigeriano Joseph Medupe Johnson, que não digeriu muito bem essa estratégia.⁵¹

O discurso da familiaridade e história comum era um esforço de construção de uma “imagem negra” do Brasil, para o país se apresentar bem

⁵⁰ *idem*, *ibidem*, pg. 66

⁵¹ *idem*, *ibidem*, pg. 90

aos olhos dos países africanos. Em consequência, Quadros teve de nomear o jornalista negro Raymundo de Souza Dantas como embaixador em Acra, Gana, 1961, porque não havia diplomatas negras na chancelaria brasileira. Saraiva comenta que o então presidente daquele país, o lendário Kwame Nkrumah, teria afirmado que a melhor prova de integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos.⁵²

Quadros cercou-se de personalidades que davam crédito e consistência ao seu discurso. Afonso Arinos, que era responsável pela política africana, já era conhecido como o congressista branco que propôs a Lei conhecida por seu nome, que proibia pela primeira vez atos de discriminação racial e determinava penalidades. Ao mesmo tempo ele nomeava para a Casa Civil da Presidência da República o professor negro Milton Santos, da Universidade da Bahia.

O presidente estabeleceu acordos culturais com Senegal, Gana e Nigéria, e ofereceu bolsas de estudo aos estudantes africanos. Brasil apresentava-se dessa forma como exemplo de civilização tropical e que estava apta a ajudar os países africanos no seu desenvolvimento e transformação cultural.

Alguns intelectuais também ajudaram a construir o discurso da “africanidade” brasileira, a exemplo de Gilberto Freire. O Brasil seria então o meio termo entre o Ocidente e a África. Eduardo Portella, um dos responsáveis pela implementação da política cultural para África, chegou mesmo a proclamar o Brasil como a maior nação africana fora da África.⁵³ Críticas relativas à construção desse discurso dos intelectuais dizem que a África entra na construção da brasilidade apenas pela porta da cozinha e nunca pela porta da sala de estar. O público conhece a contribuição africana à cultura brasileira apenas por meio de aspectos pitorescos e folclóricos como a curiosidade dos nomes, o sabor dos quitutes, a sinuosidade dos requebros da mulher negra e os costumes bizarros dos povos do continente.⁵⁴

Isto tudo baseado na hipotética igualdade racial existente no Brasil. Hipotética realmente, porque a realidade revelava uma avalanche de

⁵² idem, ibidem

⁵³ idem, ibidem, pg. 92

⁵⁴ idem, ibidem, pg. 96

desigualdades e todos os setores da sociedade brasileira. Além do mais, o desconhecimento da realidade africana no seio da população e da classe política não era tão diferente do de hoje. Isto acontece porque a história e a cultura dos povos africanos não faz parte do currículo escolar brasileiro.

Para tentar modificar essa realidade, já em 1961, Quadros cria o Instituto de Estudos Afro-Asiáticos que pretendia estabelecer a ponte entre o Itamaraty e a academia, promover o intercâmbio de estudantes e especialistas africanos e brasileiros.

A partir de 1964, a relação com a África assumia uma dimensão mais geopolítica, toda ela voltada para o Atlântico. Exemplo disso é visita do presidente senegalês, Léopold Senghor, em setembro de 64. É de se notar o grande número de assessores militares que acompanharam o presidente, principalmente o chefe das Forças Armadas do Senegal. O interesse era desenvolver cooperação que incluísse a linha de defesa vulnerável que unia Dakar e Natal, visto que o Senegal situa-se no ponto estratégico que corresponde a uma área de preocupação desde a Segunda Guerra Mundial.

Tal cooperação faria do Brasil mais forte no ocidente e menos inseguro com relação aos nacionalismos radicais em África, sujeitos que estavam à inflexão comunista. É de dizer que Senghor formulou sua obra intelectual e política da *negritude*, e é considerado moderado e politicamente voltado para a Europa. Ele é muito criticado pela esquerda africana e europeia pela sua maleabilidade no que respeita às relações afro-europeias.

Chegados os anos 1990, a política africana no Brasil toma rumo bastante diferente. Caracteriza-se por dois movimentos controversos. Primeiro: o declínio dos intercâmbios, que começara em finais de 1980. O governo de então fez opção por uma política seletiva com prioridades bem definidas em relação com alguns poucos países e que diziam respeito a certos temas, também muito precisos.

Segundo: a desconstrução do discurso culturalista, que se mostrou ser frágil. Para tanto, muito contribuiu as críticas de diplomatas africanos acreditados em Brasília, relativamente às condições dos afrodescendentes, e a ação

dos movimentos negros e intelectuais que foram contra certos elementos do daquele discurso. Porém, academicamente houve um ganho do conhecimento acerca da África e do seu papel na formação da nacionalidade brasileira.⁵⁵

Com esses dados, conclui-se que houve diminuição da importância estratégica da África para o Brasil. O número de diplomatas brasileiros na África, em 1993, diminuiu-se se comparado com o tempo antes das independências das ex-colônias portuguesas em 1975.⁵⁶ O comércio também declina. A vulnerabilidade energética brasileira já não é tão grande como anteriormente e não se criaram novas opções de comércio.

Por outro lado, muitos países africanos passavam por uma profunda crise econômica, social e política. Ou seja, uma crise de paradigma de desenvolvimento e de sociedade. Tudo isso gerou aquilo que se convencionou de “afro-pessimismo” mundial que resulta na perda da competitividade e representação dos países africanos no cenário internacional.

Os caminhos do Brasil para a reinserção internacional na década de 1990 passavam apenas pelo Leste Europeu, América Latina e Ásia, de acordo com Fernando Henrique Cardoso, então chanceler do governo Itamar Franco e depois presidente da república.⁵⁷ Esta declaração evidencia a perda de importância da África, já que o Brasil aspirava o mundo moderno e o reforço das cooperações com o mundo capitalista ocidental, numa época de liberalismo econômico patrocinado inicialmente pelo presidente Collor de Mello.

A política seletiva para África obedecia a quatro fatores primordiais. Primeiro: a importância crescente da África do Sul no continente, único país a conseguir ultrapassar as crises econômicas que assolavam a África. Segundo: Angola aparece como uma das parceiras preferenciais, fazendo trocas de petróleo por produtos e serviços brasileiros. Terceiro: retomada gradual da operacionalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Quarto e último: a criação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

⁵⁵ idem, ibidem, pgs. 217 e 218

⁵⁶ idem, ibidem, pg. 219

⁵⁷ idem, ibidem, pg. 221

(CPLP), idéia que não era nova, mas ganhava força. Porém, essa iniciativa teria que de enfrentar problemas ligados à fragilidade econômica desses países, à incerteza dos processos políticos na construção da democracia.

Mais recentemente, com o início do governo Lula, a diplomacia brasileira voltou a sua atenção para a África, estando na forja a cooperação sul-sul por meio de uma plataforma composta por Brasil, África do Sul e Índia, líderes dos países dos países em desenvolvimento nos três continentes que estão sul do Equador e que desfrutam de melhores condições de se transformarem em potências. Juntos poderão dispor de maior visibilidade nas disputas no cenário internacional e terão mais força na defesa de interesses comuns.

O presidente Lula e grande comitiva formada por vários ministros, representantes de instituições e empresários têm feito périplos pela África com o intuito de retomar a cooperação com vários países e não fazer opção seletiva. Até porque como consideram muitos analistas políticos, o Brasil precisa do apoio dos países africanos para conseguir uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nessas viagens, o presidente tem perdoado dívidas de vários países e tem recebido críticas severas de vários setores da sociedade que ainda conseguiram vislumbrar a importância estratégica que a África tem para o Brasil. Eles continuam impregnados pelo afro-pessimismo que há anos assola o mundo e consideram que essas viagens nada são além de perda de tempo de dinheiro. Pura falta de visão estratégica.

Outra vertente da política africana atual é da cooperação cultural e acadêmica, sobretudo com os países de expressão portuguesa, que culturalmente têm mais elementos comuns com a cultura negra brasileira.

5. Conclusão

Toda a bibliografia sobre o tema que contribuiu para a realização desse trabalho é contunde em afirmar que a imagem da África no mundo e no Brasil continua ainda muito estereotipada, tendo por base elementos que não mais se sustentam, principalmente para aqueles cuja realidade mundial, regional ou mesmo local tem que ser feita com um pensamento mais holístico.

A mídia mundial insiste em veicular uma imagem obsoleta do continente africano e dos seus povos, cuja dinâmica da sociedade ela não compreende e por isso é incapaz de explicar. Isto porque nas suas análises prevalece o conceito de “civilização ocidental” e só conseguem ver as demais sociedades pelas perspectivas da modernização, da tecnificação, produtividade, prosperidade e lucratividade que compõem os emblemas ideológicos do mundo capitalista ocidental, nos dizeres de Octavio Ianni.⁵⁸

Assim se explica a visão da África como continente estagnado e incapaz de solucionar seus problemas se não for pela via da ajuda do mundo ocidental. Triste visão inaugurada por Hegel, que afirmara que África não tinha movimento histórico próprio, e que continua compondo o imaginário de muitas sociedades.

Parece-me que essas são as raízes do afro-pessimismo e da limitação do pensamento de certos intelectuais que não conseguem transpor as barreiras do preconceito. Aliados a outros argumentos, estes contribuíram para sustentar a filosofia de exploração desumana do continente e de seus povos até a data presente, embora atualmente essa exploração assuma a forma mais sofisticada de certos organismos internacionais e de certas empresas multinacionais.

No caso do Brasil, essa construção de imagem não é muito diferente, visto que boa parte das imagens e das informações sobre a África que chega ao Brasil é produto das agências internacionais de notícias, sediadas nos países capitalistas ocidentais que detêm o monopólio das informações e imagens que rodam o mundo e que servem, bastas vezes, aos interesses dos países nos quais se encontram ou das empresas com quais elas tem relações próximas.

⁵⁸ IANNI, op. cit., pg. 22

Apesar dos centros de pesquisa e estudos sobre a realidade africana que existem no Brasil desde a década de 1960, uma iniciativa do presidente Jânio Quadros, tendo em vista a sua política externa voltada para aquele continente, o desconhecimento acerca da história e cultura dos povos africanos é bastante notório no Brasil. Isto porque, apesar da maioria da população brasileira ser composta por descendentes de africanos, até bem pouco tempo não havia uma política curricular que incluísse esse item na disciplina de História no Brasil. A imagem que os livros escolares brasileiros veiculam é do negro escravo que veio da África. Nada mais se fala sobre ele, daí, a imagem de escravo, submissão e inferioridade estar sempre vinculado à imagem do negro no Brasil.

Apesar disso, muitos intelectuais brasileiros, como Gilberto Freyre e outros que lhe seguiram os passos, afirmaram uma suposta “democracia racial” brasileira, na qual todas as “raças” que compõem a nacionalidade brasileira gozavam do mesmo prestígio e igualdade de tratamento. O argumento que muitos deles usaram foi uma também suposta moderação no escravismo brasileiro, no qual o escravo negro não sofria maus-tratos desumanos como em outras paragens do mundo.

Todos esses argumentos que foram construídos para o consumo interno e, especialmente, para dotar o Brasil de uma boa imagem no exterior foram desmontados por estudos de vários outros intelectuais como Caio Prado Júnior, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e outros, assim como pela ação dos movimentos negros organizados.

Esse discurso atendia bem aos interesses da política africana do Brasil formulada a partir da década de 1960 e que pretendia atrair a simpatia dos novos Estados africanos, aos quais o Brasil se apresentava como modelo de civilização nos trópicos e onde se tinha conseguido o equilíbrio na convivência entre as “raças”.

É evidente que a mídia deu maior visibilidade a este discurso. E se mostrou incapaz de enxergar a realidade e conseguiu, na maioria das vezes, veicular uma imagem estereotipada da África e foi incapaz de compreender e explicar seu processo histórico.

Isso num contexto em que cada vez mais as informações são globalizadas e globalizantes, e que uma tomada de decisões em Nova York pode ter repercussões em uma aldeia remota no interior da África.

Necessário então se torna que se tenha uma outra visão de comunicação. Uma comunicação mais abrangente, mais capaz, que consiga fazer leituras mais realistas e tendo em conta o todo. Uma comunicação menos servil às grandes potências capitalistas e às grandes empresas multinacionais. Uma comunicação mais analítica e menos factual e superficial. Ou seja, um jornalismo internacional mais criativo, mais analítico, mais crítico, e que se afaste, o quanto baste, do *american way* de fazer jornalismo. Mais informação e menos espetáculo.

Talvez assim, a mídia mundial consiga vislumbrar uma outra África, diferente daquele que barreira dos estereótipos os impede de enxergar, e que o faz confundir tudo o que diga respeito à África com vida selvagem, exotismo, pessimismo, inferioridade, homogeneidade, atraso, incapacidade, corrupção, fome, miséria, tragédia, Aids, Ebola, cólera, e outros mais. A África é muito mais que isso! É só querer ver como olhos de ver.

6. Referências Bibliográficas

AQUINO, Eduardo P. de. **A questão do racismo contra negros no Brasil. Cadernos FAFIRE**, Recife (PE), Vol. 2, n.6, jul/ago 2003

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. 13ª ed, São Paulo: Atual Editora, 1994

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997

ARBEX, José. **O poder da TV**. São Paulo: Ed. Scipione, 1995

FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). **Desafios da Imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. 2 ed., Campinas (SP): Papyrus editora, 2001

GRANDE ATLAS UNIVERSAL. **África**. Vol. 6, 2ª edição, Barcelona: Editorial Sol 90, 2005

GUARESCHI, Pedrinho e outros. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2001

_____ **Comunicação e Controle Social**, 3ª ed. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000

GUITÉRREZ, José Carlos Sendín. **A construção da imaginária do Outro Africano pelos Meios de Comunicação Social**. Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, Universidade Católica de Goiás, vol.13, nov. de 2003

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro (RJ): Ed. Tempo Brasileiro, 1984

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3º ed., São Paulo: Editora Atlas, 1993

MEDINA, Cremilda (organização). **O jornalismo na Nova República**. Novas buscas em comunicação, vol. 23, São Paulo: Summus editorial, 1987

MORAES, Dênis de. (organizador). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande (MS): Letra Livre Editora, 1997

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1940 a nossos dias). Brasília: Ed. UnB, 1996

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2 ed., São Paulo: Ed. Senac, 2001

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. Um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. 3 ed., São Paulo: Summus Editorial, 1985

_____ (coordenador). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez Editora/Intercom, 1982

TEDESCO, Maria do Carmo Ferraz. **A história da África no currículo escolar**. **Revista Solta a Voz**. Goiânia, Vol 15, n.2, jul/dez de 2004

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001

REVISTA SUPER INTERESSANTE, edição 214, junho de 2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS.
Dossiê: **O negro no Brasil**, vol. 18, n. 50, Jan/Abril 2004